

**A CONTRADIÇÃO ENTRE TRABALHO ONTOLÓGICO E  
TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NA  
PERSPECTIVA MARXISTA**

**ONTOLOGICAL WORK AND THE MEANINGS OF LABOR IN THE  
CAPITALIST MODE OF PRODUCTION**

*Cinara Menegotto Cavalheiro Karam<sup>1</sup>  
Alexandre Macedo Pereira<sup>2</sup>  
Luis Fernando Minasi<sup>3</sup>*

Recebido em: 11/2019  
Aprovado em: 03/2020

**Resumo:** Em âmbito global, os direitos da classe trabalhadora vêm sendo atacados por governos de diferentes matizes políticas. No Brasil, isso não é diferente. Recentemente, o governo do então presidente Michel Temer aprovou no Congresso Nacional a reforma trabalhista, que retirou direitos do trabalhador. Tal reforma foi realizada sob a justificativa de alavancar o desenvolvimento econômico do país e, conseqüentemente, gerar empregos. Esta pesquisa tem como objetivos: a) discutir, à luz da teoria marxista, o fundamento ontológico do trabalho e o processo de trabalho no modo de produção capitalista (MPC); b) fomentar a discussão sobre o sentido ontológico do trabalho; e c) estabelecer uma comparação entre a natureza ontológica do trabalho e a natureza do trabalho no MPC. Metodologicamente, esta é uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória; teoricamente, fundamenta-se em obras de Karl Marx, Karl Marx e Engels, Ricardo Antunes, Sérgio Lessa, entre outras. Concluímos que, no atual momento, não é suficiente que os trabalhadores reivindiquem apenas melhorias nas condições de trabalho e nos salários, é necessário transformar radicalmente as relações de trabalho e de produção.

**Palavras-chave:** Trabalho ontológico. Trabalhadores. Sentidos do trabalho. Modo de produção capitalista.

**Abstract:** At the global level, the rights of the working class have been attacked by governments of different political matrices. In Brazil this is no different. Recently the government of then-President Michel Temer approved in the National Congress the labor reform, which retired the rights of the worker. This reform was carried out under the justification of leveraging the country's economic development and, consequently, generating jobs. This research aims to: a) to discuss, in

---

<sup>1</sup> Pós-doutora em Educação Ambiental, Doutora e Mestra em Educação Ambiental PPGEA-FURG/RS, Compõe o corpo clínico da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas e o corpo técnico da Universidade Federal de Pelotas. Email: [cinarakaram@hotmail.com](mailto:cinarakaram@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professor da Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação (CE), Departamento de Habilitações Pedagógicas (DHP), Pós-doutorando em Linguística (PROLING), Doutor na área de Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA/FURG). Email: [alexandremacedopereira@gmail.com](mailto:alexandremacedopereira@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutorado em Educação (UFRGS-2008, Professor Titular na área da Sociologia da Educação no Instituto de Educação da FURG. Email: [lminasi@terra.com.br](mailto:lminasi@terra.com.br)

the light of Marxist theory, the Ontological foundation of work and the work process in the capitalist mode of production (MPC); b) to encourage discussion about the ontological sense of work; and c) to establish a comparison between the ontological nature of work and the nature of the work in the MPC. Methodologically, this is a bibliographic, qualitative and exploratory research; theoretically, it is based on works by Karl Marx, Karl Marx and Engels, Ricardo Antunes, Sérgio Lessa, among others. We conclude that, at the present moment, it is not enough that workers claim only improvements in working conditions and wages, it is necessary to radically transform work and production relations.

**Keywords:** Ontological work. Workers. Sense of work. Capitalist mode of production.

## Introdução

Atualmente, parte significativa da população brasileira vem manifestando profunda insatisfação com a política, a economia e os problemas sociais (desemprego, violência, corrupção etc.). As manifestações populares contra o aumento das passagens (na Bahia, em 2003, a Revolta do Buzu; em Florianópolis, em 2004 - 2005, a Revolta da Catraca; em Porto Alegre, em 2005, o Movimento Passe Livre)<sup>4</sup>, contra a corrupção e contra o Partido dos Trabalhadores (PT), em 2015, e a favor da operação Lava Jato, de 2016 em diante. No ano de 2016, ocorreram também manifestações favoráveis ao governo Dilma Rousseff e PT. Esses fatos explicitaram e agravaram a divisão social, a crise política e a crise ética no Brasil. De forma geral, podemos afirmar que a crise econômica, política e social que assolou/assola a sociedade brasileira revela de forma inequívoca as contradições entre as elites (política e econômica), a classe média e os demais grupos, entre eles a classe trabalhadora.

No entanto, é importante registrar que essa crise da qual o Brasil é acometido não é um fenômeno específico da sociedade brasileira. Segundo Mascaro (2018, p. 24):

A presente crise brasileira, simbolizada pelo *impeachment* de Dilma Rousseff e pelos eventos e situações que lhe antecedem e que lhe sucedem, é resultado de duas crises de formas sociais: a) a crise econômica mundial, cujo talhe atual se origina de seu epicentro, em 2008, e que enseja uma específica crise capitalista brasileira, e b) a crise da forma política, em específico em sua faceta neoliberal de desenvolvimentismos divergentes, ou, num plano geral, de controles e induções estatais do capital – dita, por alguns, “progressistas” ou “de esquerda” –, cuja última e específica hecatombe, no Brasil, é representada pelo PT de Lula e Dilma, mas que revela um padrão de insuficiência e contradição que também perpassou, por razões outras e próprias, o trabalhismo de Vargas e Jango.

Nesses termos, podemos afirmar que a tese central de Mascaro é que a crise que assola

---

<sup>4</sup> Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/entenda-os-protestos-em-sp-contr-aumento-das-tarifas-do-transporte.html>

a estrutura societal brasileira é um fenômeno resultante da própria natureza do capitalismo, pois sua natureza predatória institui a instabilidade nas sociedades (MASCARO, 2018).

Considerando as condições sócio-históricas vigentes no Brasil na contemporaneidade (crise política, crise econômica e crise social), este trabalho tem por objetivos: a) discutir, à luz da teoria marxista, o fundamento ontológico do trabalho e o processo de trabalho no MPC; b) fomentar a discussão sobre o sentido ontológico do trabalho; e c) estabelecer uma comparação entre a natureza ontológica do trabalho e a natureza do trabalho no Modo de Produção Capitalista (doravante, MPC).

Metodologicamente, esta é uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória; teoricamente, fundamenta-se em obras de Karl Marx, Karl Marx e Engels, Ricardo Antunes, Sergio Lessa, Lukács, Tonet, entre outras.

### **O trabalho ontológico na perspectiva marxista**

Com este objetivo determinado, começaremos com o conceito desenvolvido por Marx sobre trabalho. Segundo Marx (2010, p. 211), o trabalho é:

Antes de tudo, [...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma das suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana.

Na perspectiva marxista, o trabalho enquanto categoria fundante é dialeticamente imprescindível à constituição do ser humano como ser social. É pelo trabalho que os seres humanos suprem suas necessidades e realizam a mudança ontológica em sua natureza, transformando-se em seres sociais. Conforme Marx (2008, p. 40-41),

O primeiro ato histórico [humano] é, portanto, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como milhares anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos.

Ainda, segundo Lessa (2012, p. 26), trabalho é:

[...] a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Neste preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho”.

O trabalho, para Marx (2008), é um processo dialético de que os seres humanos e a natureza participam. O homem transforma a natureza por sua própria ação (mediação do trabalho), com objetivo de torná-la útil à vida humana. Essa transformação é um processo que tem como finalidade “apoderar-se das coisas, tirá-las da inércia e transformá-las em valores-de-uso possíveis, em valores-de-uso reais” (MARX, 2008, p. 217). De acordo com Lukács (2012), as possibilidades da natureza, no ser-aí, jamais poderão superar sua forma causal natural, pois o processo de desenvolvimento depende diretamente da causalidade posta (teleologia), ação efetivamente humana, mediada pelo trabalho.

As pedras espalhadas pelo chão, dentre as quais o homem primitivo escolhe as que lhe são adequadas, deixando de lado as inadequadas, são certamente adequadas ou não por causa de sua forma natural causal; mas essa sua qualidade só pôde se realizar no e por meio do trabalho humano; no ser-aí da pedra, ela permaneceria uma possibilidade jamais realizada (LUKÁCS, 2012, p. 219).

O trabalho enquanto fundamento ontológico do ser social produz as condições materiais objetivas e subjetivas necessárias à existência dos seres humanos dentro da organização social; portanto, o trabalho tem como essencialidade não atender apenas às necessidades individuais, mas também às necessidades da coletividade.

Por ser ontologicamente fundante do ser social, a centralidade do trabalho está em valores-de-uso e não em valores-de-troca. “O trabalho, como criador de valores-de-uso (e encerrado abstratamente, apenas neste seu caráter), é uma condição da existência do homem como sujeito de uma atividade humana” (KONDER, 2009, p. 139). Conforme Marx (2008, p. 211), “para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregado em valores-de-uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza [do homem]”.

É importante ressaltar que a independência ontológica do homem em relação à natureza só foi possível pela mediação do trabalho (PEREIRA, 2012). Portanto, o trabalho é a mediação fundamental e necessária à existência humana. Esse processo de “humanização” do homem tem consequência direta sobre ele: a ruptura do homem (ser natural) com ele mesmo (ser social). “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, [o homem] ao mesmo

tempo modifica sua própria natureza” (MARX, 2008, p. 211).

Para Marx, o processo de trabalho é essencialmente humano e, portanto, não pode nem deve ser confundido como forças instintivas e animais. Essa distinção é essencial, pois determina a vontade e a consciência do homem no processo de transformação da realidade: “[...] o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade” (MARX, 2008, p. 211-212). O homem enquanto ser social é capaz de idealizar a coisa, o objeto e o processo a ser construído (prévia-ideação<sup>5</sup>) antes de materializá-los.

Embora o trabalho seja uma categoria imprescindível no processo de humanização do homem, a existência humana não se resume ao trabalho, pois a existência do ser social é formada por um conjunto de relações sociais, e o trabalho é uma categoria social, porém, sem sua mediação, a reprodução social estaria comprometida, não seria possível (LESSA, 2012).

Todavia, é importante destacar que, mesmo a existência do homem não se resumindo ao trabalho, é o trabalho a categoria, no mundo dos homens, que faz a mediação entre a natureza e a sociedade. Segundo Lessa (2012, p. 220), “[...] no trabalho encontramos *in nuce* todas as determinações decisivas do mundo dos homens.”

É necessário que se tenha clareza de que o ser é histórico; sua essência, portanto, não pode ser dada a priori, mas é consubstanciada no processo de desenvolvimento do próprio ser. Isso significa dizer que o processo de desenvolvimento do ser não é determinado do exterior, mas é parte da processualidade como um todo.

A determinação do homem enquanto ser histórico é importante para compreender o trabalho enquanto categoria fundante do ser social. Primeiro, porque o reconhecimento do homem enquanto ser social não é a defesa do desaparecimento da natureza, mas sim a afirmação de sua distinção ontológica em relação à natureza; segundo, porque os atos singulares bem como a reprodução social geral só podem surgir enquanto categoria em contínua e ineliminável troca orgânica com a natureza, mediada pelo trabalho.

## **O trabalho e a transformação da natureza e do homem**

A partir da compreensão do que é trabalho, de sua importância no processo de constituição do ser social e da relação ineliminável do trabalho com a natureza, podemos encaminhar a discussão para o campo da ação do homem na transformação da natureza. Para

---

<sup>5</sup> Segundo Lessa (2007, p. 37), “a previa-ideação é o momento de planejamento que antecede e dirige a ação”.

tanto, colocaremos no debate as categorias teleologia, causalidade e objetivação.

Partimos da compreensão Lukacsiana de que a essência do trabalho é uma articulada relação entre teleologia e causalidade. Destacamos que, para este filósofo, a teleologia é uma categoria exclusiva do mundo dos homens. Aqui há uma ruptura entre Lukács e muitos teóricos do campo marxista, pois Lukács rejeita o caráter universal da teleologia enquanto categoria. “O trabalho, no contexto marxiano-lukácsiano, é uma categoria exclusivamente social, pela qual uma posição teleológica se realiza no âmbito do ser material como nascimento de uma nova objetividade” (LESSA, 2012, p. 60). Por ser o homem um ser histórico, a teleologia só pode operar no interior dos atos dos homens.

Para melhor esclarecer essa questão, é necessário colocar no debate a categoria da causalidade. Para Lukács, enquanto a causalidade encerra em si o automovimento que repousa sobre si mesmo e não perde esse princípio quando a consciência desencadeia uma série causal, a teleologia é uma categoria posta. É posta por ter sempre uma finalidade, por ter uma consciência que põe um fim. Todavia, segundo Lessa (2012), o fato de ser posta pela consciência não a reduz à pura subjetividade. Porém, sem a subjetividade, não há possibilidade de teleologia – vale ressaltar que a consciência e a teleologia só existem no ser social em relação com sua materialidade.

É importante aqui fazer um esclarecimento. Ao apresentar a teleologia enquanto uma categoria objetiva, Lukács não tem a pretensão de colocá-la em igualdade com a objetividade material. Portanto, para Lukács, a objetividade teleológica do mundo dos homens é distinta da objetividade material. Isso significa dizer que há uma contraposição entre teleologia – categoria posta – e a causalidade – princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo (LESSA, 2012).

Segundo Lukács, a objetivação é o momento do trabalho. É o momento em que, pela mediação do trabalho, a teleologia se transforma em causa posta. Ela promove a modificação do mundo dos objetos no sentido de sua sociabilização. Segundo Lessa (2012, p. 65):

Ela [a objetivação] articula a idealidade da teleologia com a materialidade do real sem que, por esta articulação, a teleologia e a causalidade percam suas respectivas essências, deixem de ser ontologicamente distintas. Neste sentido, no interior do trabalho a objetivação efetiva a síntese entre teleologia e causalidade, que funda o ser social enquanto causalidade posta.

Assim sendo, pode-se afirmar que o mundo dos homens é essencialmente causalidade posta (teleologia). Porém, a existência real entre a teleologia e a causalidade só pode ser

efetivada no trabalho. Assim, o trabalho é a mediação que possibilita a origem de uma nova objetividade: o mundo dos homens. Nesses termos, o ser social é ontologicamente distinto da natureza.

O homem, pelo trabalho, processo que exige uma ação subjetiva (prévia-ideação), transforma a natureza, molda-a conforme sua vontade. O mundo dos homens é resultado direto da causalidade posta e implica na superação do domínio da natureza.

O trabalho enquanto mediação transforma a natureza, o homem e seu mundo. O salto ontológico do homem significa a transformação da natureza e a libertação do homem do domínio da natureza e subserviência a ela.

A reprodução social é, antes de tudo, um processo que o homem tem em suas mãos para superar os fatores limitadores do estabelecimento do reino da liberdade, independentemente de forças externas. Todavia, a possibilidade de superação das condições limitadoras e alienantes (*Entfremdung*) do homem precisa ser compreendida em profundidade, tendo em vista que tais forças limitadoras e alienantes (*Entfremdung*) não são naturais, e sim resultado de processos sociais complexos de uma sociedade capitalista.

Nesse sentido, podemos aqui já antecipar que os dilemas na sociedade contemporânea se fundamentam em um modo de reprodução social que tem na base de reprodução a individualidade. Os complexos éticos, ideológicos, políticos, culturais etc. estão centrados em “valores e direitos” individuais. No modo de reprodução social capitalista, a individualidade tem centralidade, pois fortalece o status quo da classe dominante, negando a divisão de classe, fragmentando a classe trabalhadora e a enfraquecendo, impossibilitando, assim, qualquer enfrentamento radical do modo de reprodução social em questão.

### **Trabalho e trabalho abstrato**

Vimos até o presente momento a importância do trabalho na constituição do ser social. Como ele medeia as relações sociais e se articula com outros complexos da totalidade, possibilitando ao homem a objetivação de novas realidades.

Como vimos na discussão anterior, o trabalho é uma categoria central na constituição do ser social. Ele é essencial porque, além de transformar a natureza, constitui o homem enquanto indivíduo e a totalidade social da qual o homem é parte (LESSA, 2012). Destacamos que, ao nos referirmos a trabalho no presente artigo, falamos de trabalho enquanto categoria fundante do ser social, em contraposição a trabalho abstrato. Nosso

objetivo é evidenciar, com base na teoria marxista, as distinções entre trabalho enquanto categoria fundante e trabalho abstrato<sup>6</sup> enquanto uma mercadoria no modo de reprodução social capitalista.

A partir das considerações até aqui apresentadas, podemos afirmar que trabalho e trabalho abstrato se distinguem. O trabalho abstrato (categoria metafísica) homogeneíza as relações homem/trabalho, prescinde do valores-de-uso das mercadorias e também anula o caráter útil do trabalho materializado na mercadoria. O trabalho, na sua essência, é constituidor do ser social. O trabalho como categoria fundante “[...] é o complexo que cumpre a função social de realizar o intercâmbio material do homem com a natureza, é o conjunto de relações sociais encarregado da reprodução da base material da sociedade” (LESSA, 2012, p. 28); o trabalho abstrato diminui o homem, aliena-o (Entfremdung). Isso se dá porque, em uma sociedade organizada para a produção de mercadorias, há uma cisão entre o produto e o produtor.

De acordo com Lessa (2012, p. 28), “o trabalho abstrato é a redução da capacidade produtiva humana a uma mercadoria, a força de trabalho, cujo preço é o salário”. Assim, todo trabalho assalariado (mercadoria) é abstrato, pois todo trabalho assalariado consiste “na venda da força de trabalho” (LESSA, 2007, p. 88). Para Antunes (2009), é absolutamente imprescindível estabelecer a diferencia entre trabalho abstrato e concreto.

Assim, colocar o trabalho em condição de igualdade com o trabalho abstrato é um equívoco perigoso e danoso a qualquer projeto sério de transformação da sociedade atual, pois o trabalho abstrato é a afirmação da condição de servidão do homem.

## **O trabalho na história**

As distintas formas da divisão do trabalho em cada etapa histórica representam diferentes formas de propriedade, da mesma forma que determinam as relações dos indivíduos entre si, de acordo com as necessidades impostas de cada período (MARX e ENGELS, 1991).

Para a compreensão do processo de trabalho no modo de produção capitalista, é necessário um recuo na história da humanidade, uma vez que, sendo o homem eminentemente um ser histórico, não é possível compreender o processo de reprodução social atual sem a

---

<sup>6</sup> “Trabalho social global que, na sociedade capitalista, gera valor. Dimensão qualitativa da teoria do valor, estreitamente ligada à teoria do fetichismo. Característica que assume o trabalho humano quando sua sociabilidade é indireta e está mediada pelo mercado e pelo equivalente geral (dinheiro). Principal descoberta teórica de Marx em sua crítica da economia política” (KOHAN, 2016, p. 15).

devida atenção aos processos históricos anteriores. Assim, faz-se necessário falar aqui, ainda que resumidamente, sobre o modo de produção capitalista a partir da sociedade primitiva.

A história da sociedade primitiva é o espaço temporal compreendido entre o período Paleolítico e a Idade dos Metais. Há mais ou menos um milhão de anos, surgiram os primeiros seres humanos. “O período mais longo da história foi a chamada Pré-história. Ele se iniciou, segundo as pesquisas mais recentes, a cerca de cem mil anos e terminou entre 12 a 10 mil anos atrás, com a revolução neolítica” (LESSA e TONET, 2012, p.11).

Na sociedade primitiva, a organização social era comunal, e a sobrevivência da coletividade dependia do trabalho voltado para os interesses sociais e não individuais. Segundo Lessa e Tonet (2012, p. 12), [...] “a divisão das tarefas implicava a autonomia na sua execução, isto é, não havia um grupo de indivíduos que possuía o poder de comandar o trabalho de outro grupo”.

No modo de reprodução social tribal [*stammeigentum*], as atividades produtivas estavam relacionadas à sobrevivência do grupo. O trabalho consistia da caça, da pesca e, em determinado momento da criação, da criação de gado e da prática da agricultura. Nesse modo de reprodução social, a divisão do trabalho estava estruturada em torno da organização familiar e era pouco complexo (MARX e ENGELS, 1991). Nesse modelo societal, “[...] predominava a colaboração e não a concorrência” (LESSA, 2012, p. 19).

Nesse processo produtivo, não havia estruturas hierárquicas ou meritocráticas, uma vez que todos desempenhavam funções diversas, porém igualmente relevantes na sociedade. A divisão do trabalho estava organizada de acordo com as condições naturais de produção. “As forças produtivas eram tão pouco desenvolvidas que o único trabalho possível era coletar na natureza o que já se encontrava pronto para o consumo” (LESSA e TONET, 2012, p. 11).

Todavia, o regime da comunidade primitiva entrou na fase de desintegração, devido ao desenvolvimento das forças produtivas e ao estabelecimento da propriedade privada. Com a desintegração do modo de reprodução social primitivo, em consequência do desenvolvimento das forças produtivas e do estabelecimento da propriedade privada, surge o modelo de organização social escravagista.

Nessa organização social, o trabalho assume formas mais complexas, e as relações de classes já se encontram estabelecidas. Nesse período, há uma oposição determinada entre campo e cidade (MARX e ENGELS, 1991).

Portanto, a nova configuração organizacional tem no trabalho escravo a sua principal base de sustentação. É esse trabalho que possibilita as condições necessárias para a prática do

ócio, a prática da política e o desenvolvimento cultural aos “cidadãos” que vivem do não trabalho. Assim sendo, os detentores de propriedades privadas e dos meios de produção apropriam-se da força de trabalho do homem (escravo). Para Lessa e Tonet (2012, p. 15), “a propriedade privada é essa relação de exploração que faz com que os trabalhadores produzam toda a riqueza social e que essa riqueza seja expropriada da classe trabalhadora.”

No referido período, os escravos eram considerados somente como mercadoria, não como homens. O trabalho era visto como uma atividade depreciadora, “imprópria” para os denominados cidadãos (LESSA e TONET, 2012).

O surgimento do trabalho excedente fez com que, pela exploração do trabalho alheio, se obtivesse muito mais do que pelo próprio trabalho. Passou a ser lucrativa a atividade de opressão e controle dos trabalhadores para deles tirar o trabalho excedente.

Todavia, com o passar do tempo, o aumento populacional de escravos tornou-se um grave problema, uma vez que uma revolta desse grupo poderia facilmente levar a classe dominante à derrocada: primeiro, pelo fato de a população escrava se tornar maior do que o número de cidadãos; segundo, pelo fato de os custos com os escravos se tornarem insustentáveis aos senhores, em razão da necessidade destes manterem altas despesas militares para sua proteção, além de gastos com funcionários públicos, instrumentos de repressão de escravos, ou seja, com o Estado. Esse complexo processo colocou em crise o modo de produção escravagista.

Após a falência do sistema escravagista, desenvolve-se o modo de organização feudal. Se, na antiguidade, a estrutura social organizava-se a partir da cidade, na idade média essa organização tinha o campo como centralidade. As inúmeras guerras empreendidas pelo império romano e as reações dos povos subjugados acabaram por determinar o declínio do império romano, tendo como consequência direta a destruição das forças produtivas. A agricultura declinara, a indústria estava em decadência, pela falta de mercados, a população tanto rural como urbana diminuía. Esses fatores foram essenciais para o surgimento da propriedade feudal (MARX e ENGELS, 1991).

O modo de organização feudal, diretamente relacionado ao campo, tem o trabalho do servo como centralidade da base produtiva. Conforme Marx e Engels (1991, p. 34), “a propriedade feudal [...] estava ligada ao trabalho dos servos”. Esse modelo de organização social teve seu apogeu entre os séculos XI e XII.

O trabalho servil, característico do modo de produção feudal, possibilitou o desenvolvimento acelerado das forças produtivas da referida época. Consequentemente, foi no

período feudal que a humanidade assistiu a um desenvolvimento acelerado da economia, com consequências no campo cultural e político.

Todavia, este desenvolvimento acelerado não resolveu o problema de consumo da sociedade feudal, uma vez que os feudos tinham alta produtividade em termos quantitativos e baixa diversificação de produtos. Assim, o excesso de produção não representou a superação das carências, pois os feudos não produziam todos os bens de que tinham necessidade. Segundo Lessa e Tonet, (2012, p.21), a novidade era que havia “[...] uma produção maior que o consumo daquilo que cada feudo consegue produzir”.

Novamente, na história da humanidade, aconteceu uma crise estrutural no modo de produção desenvolvida a partir do excedente produtivo. A crise do sistema feudal determinou o fortalecimento do comércio e, conseqüentemente, o aparecimento de novas classes sociais: os artesãos e os comerciantes (LESSA e TONET, 2012).

É no seio da crise do modo de produção feudal que as novas relações capitalistas de produção se fundamentam e se desenvolvem. “A estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal” (MARX, 2009, p. 828). Esse processo de desenvolvimento das relações capitalistas leva aproximadamente de quatro a cinco séculos para amadurecer e superar as relações de produção próprias do feudalismo.

O modo de reprodução social capitalista, sustentado sob os pilares da propriedade privada e do individualismo (direitos individuais) inaugurou uma fase de produção econômica jamais vista em tais proporções no desenvolvimento da humanidade. Esse modo de produção resolveu o impasse entre a produção material, necessária à manutenção da população, e o crescimento demográfico, porém distanciou ainda mais o homem do trabalho. É no processo de desenvolvimento das relações de reprodução social capitalista (antagônicas) que se organiza a sociedade de classes.

Portanto, a passagem ao modo de produção capitalista é concomitantemente acompanhada por uma nova concepção de propriedade, a propriedade privada (acumulação primitiva do capital). Lessa e Tonet (2012, p. 15) definem a propriedade privada como:

[...] a relação de exploração que faz com que os trabalhadores produzam toda a riqueza social e que esta riqueza seja expropriada pela classe exploradora. A propriedade privada não é a posse de uma coisa; [...]. Ela é a relação social pela qual os produtores da riqueza social são expropriados pelas outras classes da sociedade.

O surgimento da propriedade privada foi acompanhado pela divisão social do trabalho

e pelo surgimento Estado. Esses são os elementos de sustentação do modo de produção capitalista. O capitalismo pode ser dividido historicamente em três fases: capitalismo comercial, capitalismo industrial e capitalismo monopolista-financeiro.

A primeira fase, o capitalismo comercial ou o pré-capitalismo, estende-se do século XVI ao XVIII. Inicia-se, portanto, com as grandes navegações e expansões marítimas europeias, fase em que a burguesia mercante começa a buscar riquezas em outras terras, fora da Europa (HOBSBAWM, 2008).

A segunda fase, o capitalismo industrial, constitui-se no século XVIII. A Europa passa por uma mudança significativa no que se refere ao sistema de produção. A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, fortalece o sistema capitalista e solidifica suas raízes na Europa e em outras regiões do mundo (HOBSBAWM, 2008). A Revolução Industrial mudou o sistema de produção, ao inserir as máquinas no processo produtivo, substituindo o trabalho humano. O desemprego, baixos salários, condições precárias de trabalho, poluição ambiental e acidentes ocupacionais foram problemas criados pelo modo produção capitalista nesse período.

A revolução industrial caracteriza-se pela contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a propriedade privada burguesa. Essa contradição passa a permear toda a reprodução social, inclusive a antinomia indivíduo/sociedade, característica do mundo burguês (LESSA, 2007). O século XIX foi o momento decisivo desse processo de transformação da sociedade capitalista.

A partir de 1850, houve um extraordinário “desenvolvimento” produtivo no mundo ocidental. Nesse período, o mundo ocidental se tornou capitalista e a maioria dos países desenvolvidos transformou-se em economias industriais (HOBSBAWM, 2000). Essa mudança alterou a vida dos trabalhadores e o espaço e as relações homem/homem e homem/natureza.

A grande expansão econômica apresentava uma tímida, mas nova característica: o desenvolvimento produtivo estava espalhado geograficamente, porém não significava a descentralização das forças produtivas para além da Europa e dos Estados Unidos. Para Hobsbawm (2000, p. 75), “[...] o progresso estava agora mais espalhado, apesar de ser muito desigual”.

A terceira fase, o capitalismo monopolista-financeiro, iniciada no século XX, tem no sistema bancário, nas grandes corporações financeiras e no mercado globalizado, as molas mestras do desenvolvimento (HOBSBAWM, 2000).

A partir desses e outros acontecimentos históricos importantes, por meio da luta de classes, a sociedade contemporânea, de acordo com Antunes (2005, p. 77):

[...] presencia um duplo e complexo movimento, que de algum modo lhe dá dinâmica e ‘sentido’: por um lado, temos o domínio da financeirização da economia, com suas consequências devastadoras em tantas partes do mundo. De outro, vivenciamos o apogeu da superfluidade da produção de mercadorias. Não é difícil constatar que esse ‘sentido’ é destrutivo em sua própria lógica: a financeirização da economia desmonta núcleos produtivos, convertendo-se na forma ‘mais alienada, mais fetichizada da relação capitalista’, na felicíssima caracterização de Marx.

A partir de 1970, por meio de um processo de reestruturação em escala global, o sistema capitalista visualiza a necessidade de uma reorganização, para a recuperação do seu padrão acumulativo, visando repor a hegemonia que vinha perdendo no interior do processo produtivo, desde o final de 1960, particularmente na Europa Ocidental, ocasionado por um ciclo de lutas sociais.

Nesse momento, o trabalho foi reconfigurado e, na compreensão de Antunes (2009), várias modalidades de trabalho foram redesenhadas, com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa. Organizam-se distintas formas de empresas enxutas – empreendedorismo, cooperativismo, trabalho voluntário, entre outras tantas formas de trabalho precarizado. Os variados modos de precarização refletem-se nos salários, na carga horária de trabalho, na flexibilização funcional ou organizacional.

Podemos afirmar, assim, que o capitalismo tem uma determinação imperativa, a autoexpansão. Nada deve ser colocado entre ele (o capitalismo) e seu objetivo (produção de mais-valia). Para o capitalismo, sua expansão é a determinação da ampliação da mais-valia. Segundo Mészáros (2011), o capitalismo fará todas as manobras e articulações necessárias para que essa expansão seja garantida.

O detentor do dinheiro sabe que a transformação de dinheiro em capital só é possível se o detentor do dinheiro encontrar no “mercado” o trabalhador “livre”. Essa “liberdade” consiste de dispor livremente de sua força de trabalho na condição de mercadoria e de não ter outra possibilidade material além de seu trabalho para vender (MARX, 2008). Ao subjugar a força de trabalho humana à condição de mercadoria, o capital efetivamente coloca o homem na condição de coisa e o submete a uma lógica implacável do mercado.

No modo de produção capitalista, as instituições dão à alienação uma dimensão jamais experimentada antes pelos homens. É nesse modo de produção que a alienação

(*Entfremdung*), própria da propriedade privada, é levada a todas as instâncias da sociedade e “[...] aos diversos níveis da atividade social humana” (KONDER, 2009, p. 129). A consolidação da propriedade privada transforma o trabalho genérico e o homem. Nesse modo de produção, não há espaço para o homem enquanto ser-em-si e para-si, apenas para o homem/mercadoria/coisa.

Sendo o mercado o determinante das regras, e essas regras estão sob a lógica da competitividade, não há, nesse modelo, possibilidade de avanço no sentido de proporcionar à classe trabalhadora a emancipação humana.

### **A nova morfologia do trabalho na sociedade contemporânea**

As modificações no mundo do trabalho não transfiguraram somente o trabalho, em seu sentido ontológico inicial, mas também e concomitantemente o trabalhador, porque, dentro desse novo contexto, ele se viu/se vê sujeitado a vender sua força de trabalho para o capitalista.

Antunes (2005) explicita a necessidade de compreensão da expressão “nova morfologia do trabalho”, que deve ser entendida a partir do novo carácter multifacetado do trabalho que vem se organizando na sociedade contemporânea. O trabalho multifacetado e com diferentes potencialidades na nossa era reconfigurou o trabalho e a classe trabalhadora.

Nas últimas décadas, novas transformações e metamorfoses puderam e podem ser observadas no mundo do trabalho, principalmente nos países capitalistas avançados, mas com repercussões significativas nos países em desenvolvimento. Houve uma diminuição da classe operária tradicional, mas efetivou-se:

[...] uma subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços, etc. Verificou-se, portanto, uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho”. (ANTUNES, 2009, p. 205).

Antunes (2010) ressalta as diversas transformações que vêm acontecendo no mundo do trabalho e no processo produtivo contemporâneo, caracterizadas, no atual período histórico, pelos processos de mundialização, transnacionalização e financeirização dos capitais. Essas novas estruturações, baseadas na superexploração da força de trabalho, caracterizam-se pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e forte

intensidade dos ritmos de trabalho, entre outros fatores e condições determinantes da precarização do trabalho.

Segundo Antunes (2005), para um entendimento ampliado sobre a classe trabalhadora hoje, é necessário compreender essa classe como sendo o conjunto de seres sociais assalariados e desprovidos dos meios de produção, ou seja, o conjunto de seres sociais que vive da venda da força de trabalho.

Para Antunes (2010), a baixa remuneração da força de trabalho auxiliou na atração do fluxo de capital externo produtivo em nosso país, pois o interesse de capitais nacionais e transnacionais se configura na interação da força de trabalho qualificada, preparada para atuar sobre os equipamentos informacionais, com salários inferiores aos percebidos nas economias mais avançadas, sendo esse mais um dos fatores que evidenciam claramente as condições de trabalho fortemente precarizadas.

### **Considerações finais**

Por que refletir sobre trabalho neste momento? Para muitos, essa é uma discussão sem importância e superada. Assim pensam porque acreditam que, na sociedade contemporânea, não existe mais razão para se discutir sobre trabalho e exploração da classe trabalhadora. Para esse grupo de pessoas, as mudanças nos processos produtivos, resultantes da evolução tecnológica, melhoraram as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Entendem, assim, que, neste novo contexto de relação de produção, discussões sobre trabalho e exploração da classe trabalhadora não seriam necessárias.

Ainda, há um grupo de pessoas que não vê razão para discutir a antinomia trabalho no modo de produção capitalista e luta de classes. Para esse grupo, as crises econômicas, que tiram o emprego do trabalhador, paralisam a classe trabalhadora e colocam-na em uma situação tal que ela se preocupa apenas em garantir o trabalho, não considerando, no plano imediato, as condições de trabalho a que é exposta, nem os níveis de exploração aos quais será submetida. Assim, para esse grupo, não há razão para a preocupação com a luta de classes, uma vez que a preocupação real da classe trabalhadora se circunscreve a encontrar trabalho.

Reconhecemos as mudanças significativas no processo de produção com as inovações tecnológicas, reconhecemos as mudanças nas relações de trabalho, reconhecemos a apatia e a desarticulação da classe trabalhadora em toda sua complexidade e diversidade, mesmo diante

do acelerado aumento do desemprego, degradação dos salários, imposição de condições e de jornadas de trabalhos inadequadas ao bem-estar dos trabalhadores. No entanto, reconhecemos que as manobras do capital para controlar os trabalhadores se aperfeiçoam, pois a intenção do capital é sempre controlar a fonte de produção de riquezas, ou seja, a classe trabalhadora.

Diante desse cenário tão difícil para os trabalhadores, entendemos ser necessária a retomada do debate acerca do processo de trabalho. É preciso construirmos fóruns que discutam a complexidade do mundo do trabalho contemporâneo, os sentidos do trabalho e o caráter ontológico do trabalho. Precisamos retomar essa discussão com o objetivo de aprofundá-la, pois compreendemos que circunscrever as discussões e as ações apenas à questão do salário e às condições de trabalho impossibilita a articulação dos trabalhadores para superar o MPC, modelo de organização social que tem em sua essência a precarização do trabalho e a exploração do trabalhador.

Defendemos que o debate acerca das perdas da classe trabalhadora no Brasil e no mundo passa necessariamente pelo debate acerca do sentido do trabalho, da natureza ontológica do trabalho, pois, somente com a compreensão apropriada e consolidada sobre o sentido ontológico do trabalho e a natureza do trabalho, a classe trabalhadora poderá empreender um enfrentamento consistente contra o capital. É essencial que a classe trabalhadora empreenda um processo de transformação sustentável que exponha de forma clara as reais condições das relações de trabalho a que ela se encontra submetida ao longo da história e, sobretudo, no momento atual.

## Referências

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R.; SILVA, MAM. **O avesso do trabalho**. v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HOBBSAWM, EJ. **Mundos do Trabalho**. São Paulo: Editora Guerra e Paz, 2000.

KOHAN, N. **Dicionário básico de categorias marxistas**. p. 1-15, 2016. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs1/texto3.pdf>>. consulta em 05 de abr. 2019.

KONDER, L. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. Ijuí (RS): Unijuí, 2007.

\_\_\_\_\_. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S; TONET, I. **Proletariado e sujeito revolucionário**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. **O Capital: a crítica da economia política**. Livro I. v.1. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria, do senhor Proudhon**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. v.1. 27.ed. (rev) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1991.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e Golpe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MÉSZÁROS. I. **A crise estrutural do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

PEREIRA, M. A. Os desafios da classe trabalhadora na crise do bloco histórico hegemônico no início do século XXI (109-128). In: **A Categoria bloco histórico em Antônio Gramsci**. Ed. Clube dos Autores, 2012.